

O DESAFIO DA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR NO ENSINO AOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS COM DEFICIÊNCIA NA APRENDIZAGEM

Edna Ferreira da Silva Marinho¹
Flávio Carreiro de Santana²

RESUMO: Este trabalho de pesquisa faz uma abordagem sobre o desafio de ensinar aos alunos especiais com deficiência na aprendizagem, por perceber que um número significativo deles sequer é alfabetizado, e destaca os principais fatores que corroboram para esse déficit no ensino. Defende a interdisciplinaridade como uma metodologia transformadora e, portanto, importante instrumento para subsidiar os professores no ato de alfabetizar e/ou letrar os educandos, visto que deseja sua autonomia. Discorre sobre possíveis soluções às nossas inquietações, tendo como respaldo pesquisas bibliográficas, e entrevistas com profissionais da educação e ligados a ela. Ao final das pesquisas, constata que o desafio no processo de ensinar aos alunos com necessidades especiais com deficiência na aprendizagem é bem maior do que o esperado, pois envolve várias instâncias, mas que é preciso continuar tentando para atingir os nossos objetivos: alfabetizar e formar cidadãos autônomos.

1530

Palavras-chave: Alunos. Alfabetizar. Interdisciplinaridade. Professores.

ABSTRACT: This research work addresses the challenge of teaching special students with learning disabilities, realizing that a significant number of them are not even literate, and highlights the main factors that corroborate this deficit in teaching. It defends interdisciplinarity as a transforming methodology and, therefore, an important instrument to support teachers in the act of teaching literacy and/or literacy to students, since it wants their autonomy. Discusses possible solutions to our concerns, based on bibliographical research, and interviews with education professionals and those connected to it. At the end of the research, it is verified that the challenge in the process of teaching students with special needs with learning disabilities is much greater than expected, as it involves several instances, but that it is necessary to keep trying to reach our objectives: to teach literacy and train autonomous citizens.

Keywords: Students. Literacy. Interdisciplinarity. Teachers.

¹Mestranda da Veni Creator Christian University, Licenciatura Plena em Letras e Pós- graduada em Língua Portuguesa - Visão Interdisciplinar, Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim (FABEJA).

²Professor Dr. Orientador do mestrado- Veni Creator Christian University

1. INTRODUÇÃO

Este artigo³ discorre sobre as fragilidades apresentadas nos professores em ensinar aos alunos com necessidades especiais que têm deficiência na aprendizagem, mostrando o porquê esse ensino ainda não acontece na prática nas escolas. Defende a interdisciplinaridade como uma prática pedagógica interessante e proveitosa, desde que compreendida e aplicada corretamente, como meio de sanar as lacunas deixadas pelo “deficiente” processo de ensino-aprendizagem, e incentiva a sociedade civil, profissionais da educação e, de certa forma, ligados a ela, sobretudo os professores, a trabalharem em união para o êxito do ensino, e a lutarem para que as políticas públicas voltadas à educação de qualidade sejam postas em prática e, por conseguinte, os saberes sejam adquiridos e propaguem-se na sociedade para o bem coletivo.

Iniciamos a discussão conceituando interdisciplinaridade com respaldo em escritores conceituados; logo após, falamos sobre a relevância de um currículo adaptado como subsídio no processo de ensino-aprendizagem; abordamos o ensino igualitário para todos, independente de suas deficiências, como uma perspectiva de construção da autonomia do indivíduo e consideramos, por isso, a diversidade do público escolar que pretendemos atingir, apontando também lacunas da escola em recepcioná-lo.

1531

Segundo Paulo Freire (1996), o educador deve entender que, no seu ato de ensinar, ele não está meramente repassando o saber e sim criando oportunidades para que os educandos sejam autônomos, ou seja, capazes de produzir ou criar seu próprio conhecimento. Ao entrar na sala de aula, o professor deve ser um sujeito aberto ao diálogo com os alunos, pois eles têm suas perguntas, dúvidas e inibições. Diante disso, o professor e orientador deve ser crítico e preocupado em executar bem a tarefa que lhe é confiada: a de ensinar.

O efetivo processo de ensino-aprendizagem na sociedade contemporânea nasce da boa interação entre professor e aluno; mesmo que ambos sejam protagonistas nessa arte, cabe ao professor mediar essa inter-relação, demonstrando também afeto, dedicação, confiabilidade e empatia para que os alunos sintam-se motivados a agir de acordo com seus estímulos à aprendizagem, como verificamos sob a ótica de Boruchovitch, Bzuneck (2009), ao dizer que o que motiva o aluno na escola está ligado ao que ele tem como objetivo a alcançar correspondente ao conjunto de cognições, experiências vividas, o que acredita, suas

³Este artigo foi escrito para cumprir com a exigência feita pelo professor Dr. Flávio Carreiro de Santana, da Veni Creator Christian University, como avaliação final da disciplina de Interdisciplinaridade e Conexão dos Saberes na Contemporaneidade.

obrigações e o que percebe em seu meio, e que isso o leva a comportamentos afetivos e/ou demonstrações de carinho, e à medida que alcança um objetivo sente-se estimulado a continuar buscando alcançar outras metas.

Sabemos que é direito de todos e dever do Estado garantir uma educação de qualidade; sendo assim, a escola contemporânea, como instituição que busca promover não só o conhecimento cognitivo, mas também o conhecimento interpessoal, ou seja, ensinar a importância das regras e das leis para um bom convívio social e, conseqüentemente, o respeito pelos direitos do outro, sente a necessidade de mudanças em seus métodos didáticos. Acerca desses fatos, interdisciplinar conteúdos é uma metodologia promissora, visto que é mais fácil propiciar a aprendizagem de um indivíduo se esta for contextualizada, associada ao cotidiano do aluno.

Em se tratando dos alunos especiais com deficiência na aprendizagem, torna-se bastante relevante, pois são pessoas desacreditadas na sociedade, e, em parte, isso influi na sua baixa autoestima, que conseqüentemente lhes trazem sentimentos de incapacidade e falta de motivação para aprender. Tendo como base a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). O seu artigo 14, parágrafo único nos diz:

O processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

Sendo assim, é comum professores sentirem-se desafiados na tarefa de ensinar a alunos especiais com deficiência na aprendizagem. Foi essa inquietação que nos fez escolher esse tema de pesquisa. Por não termos habilitação específica para sequer alfabetizá-los e por observarmos que, embora existam muitas leis que garantam a equidade no ensino escolar, esses educandos não estão de fato sendo ensinados. Objetivando nos qualificar para esse ensino, em conexão com a interdisciplinaridade, buscamos sensibilizar o poder público para que este promova formações continuadas e disponibilize materiais didáticos adequados que ofereçam condições de ensinar com maestria, utilizando o método da interdisciplinaridade, por acreditar que este é mais atrativo que o tradicional, uma vez que a ideia é trabalhar o estudante inserido num dado contexto.

2. INTERDISCIPLINARIDADE: UMA METODOLOGIA TRANSFORMADORA

Muito tem se discutido sobre o processo de ensino-aprendizagem nas escolas no que diz respeito à interdisciplinaridade; isto porque, preocupada em cumprir com o seu papel enquanto instituição de ensino responsável à formação de cidadãos, esta, apercebe-se do quão importante é uma pedagogia voltada à liberdade de (trans)formar o educando, parte da premissa de que não lhe cabe mais uma educação bancária, pelo simples fato de vivermos em outra época, com variados recursos tecnológicos, estudantes mais que antenados ao meio em que vivem e um mundo cada vez mais capitalista e cheio de descobertas nas mais diversas áreas do conhecimento, ou seja, vivermos numa sociedade contemporânea.

A consciência do compromisso de ensinar nos induz à reflexão: o que podemos fazer para melhorar nossa comunicação com os alunos e, em consequência disso, possibilitar um ambiente sadio, inovador, com potencial para o aprendizado? Não se aprende de qualquer jeito e num só momento; a aprendizagem requer tempo e esforços mútuos; é um processo contínuo e inacabado. Tanto professores quanto alunos são seres em processos de construção e aprendizagem, e neles sempre há uma troca de conhecimentos e experiências.

A escola, sem dúvida alguma, tem sim o que ensinar; no entanto muito o que aprender. Paulo Freire atesta isso, ao dizer: “Não é possível à sociedade revolucionária atribuir à tecnologia as mesmas finalidades que lhe eram atribuídas pela sociedade anterior. Consequentemente, nelas varia igualmente, a formação dos homens.” (2005, p. 181). E a interdisciplinaridade pode ser um meio relevante nesse sentido, pois abre um leque de caminhos distintos, representado por suas variadas disciplinas e conteúdos programados, mas que, ao mesmo tempo, coincide em vários pontos, para tornar o ensino mais atraente e inclusivo. Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, surge com a discussão sobre os termos educação bancária e educação libertadora⁴ com o intuito de confrontar duas diferentes formas de vislumbrar os educandos, atribuindo significativo valor ao ato de ensinar com ideias libertadoras. Essa reflexão se encaixa nos motivos que nos levam a crer na necessidade de mudança na metodologia de ensino na sala de aula.

Sábio será o professor que ponderar em suas atitudes com o aluno e para o aluno, levando em consideração que seu objetivo é que a aprendizagem aconteça, pois isso também

⁴A educação bancária é aquela que faz do aluno um “banco”, ou seja, alguém vazio, sem conhecimento algum, no qual o professor, detentor do saber, deposita conhecimento. Em contraste, a educação libertadora, estimula o raciocínio do aluno, promove o diálogo, o questionamento e a procura de soluções e/ou possíveis soluções para os problemas.

lhe trará satisfação e motivação para continuar contribuindo, além das formações escolar e acadêmica, com o seu crescimento enquanto sujeito social (trans)formado e (trans)formador e, para esse fim a metodologia da interdisciplinaridade é uma coautora. É verdade que o conhecimento é infundável, mas, como este passa por etapas, irá cumprir com sua finalidade até que outra dessas etapas advenha, seja concluída e assim sucessivamente, pois bem sabe o professor que o conhecimento não chega a alguém de modo espontâneo, sem que haja ações norteadoras bem articuladas. La Taille fala no processo de ensino-aprendizagem, corroborando com a fala supracitada:

A importância da intervenção deliberada de um indivíduo sobre os outros como forma de promover desenvolvimento articula-se com o postulado básico de Vygotsky a aprendizagem é fundamental para o desenvolvimento desde o nascimento da criança. (LA TAILLE, 1992, p 33).

Afinal, além de ser uma palavra comum na atualidade, para profissionais da educação, trata-se de um novo recurso ou vem se destacando ao longo dos anos? É eficaz na construção dos múltiplos saberes de um indivíduo em idade escolar e se alonga nessa mesma perspectiva, durante a vida acadêmica desse ser? Para responder a tais questionamentos, de modo satisfatório, deve-se entender o que significa interdisciplinar conteúdo, tendo por finalidade o crescimento do estudante não só em relação aos conhecimentos escolares, mas também como ser pensante, capaz de construir e/ou reconstruir seu papel como pessoa/indivíduo, bem como participe de uma sociedade em constante transformação por exigência à modernidade, tencionando garantir o seu espaço como agente fazedor, não passivo.

1534

Então, o que é interdisciplinaridade? É a arte de “passear” pelas disciplinas escolares, que na sua individualidade, são ciências que proporcionam saberes específicos, no escopo de interligar essas informações aos processos de alfabetização e/ou letramento dos estudantes. Para Piaget (1981, p.52), a interdisciplinaridade pode ser entendida como o “intercâmbio mútuo e integração recíproca entre várias ciências”. Assim, percebe-se que um conhecimento está intimamente ligado a outro e, por isso, não faz muito sentido trabalhá-los apenas de forma isolada, pois seus pontos em comum oportunizam análises críticas sob diversas óticas em um mesmo tema.

Ela é muito mais que o enlace entre duas ou mais disciplinas; o objetivo da interdisciplinaridade é eliminar os fragmentos do saber, e para isso precisa de uma visão coletiva para que seja possível uma coerência na junção desses saberes. (LÜCK, 1994). Certamente, é um desafio para o professor a prática coerente, legítima e progressiva

deste mecanismo: interdisciplinar conteúdo, em função do aprendizado individual e coletivo, visto que terá que aprender a aprender, para assim ser a ponte entre o conhecimento e o crescimento intelectual e pessoal dos seus alunos. Cabe, então, aos professores uma ação conjunta para a promoção da interdisciplinaridade, já que ela propicia encontro, partilha e cooperação de diferentes habilidades. Esse entendimento está de acordo com o que diz Ivani Fazenda:

Numa sala de aula interdisciplinar, a autoridade é conquistada, enquanto na outra é simplesmente outorgada. Numa sala de aula interdisciplinar a obrigação é alternada pela satisfação; a arrogância, pela humildade; a solidão, pela cooperação; a especialização, pela generalidade; o grupo homogêneo, pelo heterogêneo; a reprodução, pela produção do conhecimento. (FAZENDA, 2003, p. 86)

Fazenda ainda aponta, o aparecimento da interdisciplinaridade na França e na Itália por volta dos anos 60, tendo como objetivo um ensino mais ajustado com os temas social, político e econômico da época, mas só chegou ao Brasil no final dessa década; portanto não é algo novo, e desde então vem influenciando o cenário educacional brasileiro como, por exemplo, na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases Nº 5.692/71.

Pensando na interdisciplinaridade como uma prática educativa que partilha saberes para o crescimento coletivo, é sábio afirmar que ela constrói efetivamente conhecimentos amplos e diversos que se estendem por todo processo educativo. Em vista disso, é válido o esforço, em particular, dos educadores de se familiarizarem com esse método didático; por sua vez, os educandos irão conseguir, na prática, sua aprendizagem nas diversas disciplinas, utilizando esses conhecimentos para vencer os desafios que a contemporaneidade lhes impõe.

Diante da falta de formação continuada para os profissionais da educação, muitos acreditam ser complicado demais adotar a metodologia interdisciplinar na preparação das suas aulas, todavia, o PCN (2002) nos explica que desenvolver e reagir a novas habilidades são essenciais desde que se criem as possibilidades para o enfrentamento dessas novas situações ou desafios. Diz também ser primordial que a teoria se torne prática para enriquecer a vivência da ciência no meio tecnológico e daí no social, fazendo com que a sociedade contemporânea se desenvolva significativamente.

À vista disso, é indubitável que o sistema educacional, por meio dos seus representantes legais, providencie urgentemente os meios necessários para garantir de fato e de direito a habilitação do processo educativo contemporâneo, referente à implementação da prática pedagógica interdisciplinar nas escolas regulares para que estas atendam às

necessidades também alusivas à inclusão dos alunos especiais que possuem deficiência na aprendizagem de modo que consigam ser alfabetizados e/ou letrados.

Creemos que é possível trabalhar com o modelo interdisciplinar de ensino nas escolas regulares e adquirir avanços significativos no ensino a esses estudantes. Mas como ensinar por meio de uma metodologia interdisciplinar, que embora muito discutida, o educador não está habilitado para fazê-la acontecer, sobretudo no que diz respeito ao ensino dos educandos com necessidades especiais com deficiência na aprendizagem? Então, dizemos que esse ensino não é um fato. Essa pesquisa tem a finalidade de comprovar a nossa fala e de sensibilizar as autoridades competentes no que se refere à aplicabilidade das políticas públicas voltadas à formação continuada de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, através do método interdisciplinar, assim como persuadir a sociedade de modo geral a lutar para que essas leis sejam cumpridas e a alfabetização e o letramento desses educandos sejam possíveis.

3. É IMPETUOSO UM CURRÍCULO ADAPTADO

A Constituição Federal Brasileira bem como a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência garantem o direito a uma educação inclusiva, na qual todos os estudantes compartilham o mesmo ambiente escolar. Torna-se vital que a escola dê a sua contribuição em eliminar as barreiras do preconceito e da discriminação que infelizmente ainda existem em relação aos alunos com necessidades especiais que tanto os desmotivam e os fazem se sentirem inferiores.

Considerando que inclusão social significa o conjunto de ações que tenciona dar acesso a benefícios sociais como: saúde, educação, emprego etc., para indivíduos que, por algum motivo: classe social, educação, deficiência, entre outros, são desfavorecidos em relação ao sistema vigente na sociedade, podemos dizer que, em se tratando de educação escolar, é trazer para um mesmo patamar alunos com ou sem necessidades especiais para que ambos tenham acesso aos mesmos direitos e deveres dentro da escola, o que inclui o currículo escolar adaptado, e possam aprender com equidade e se sintam motivados.

Nesse ínterim, o professor mediador do conhecimento deve adequar suas atividades às necessidades dos estudantes, com a meta de ajudá-los a superar os obstáculos; no entanto só poderá fazê-lo se for preparado, habilitado para esse fim. Essa visão concorda com o que diz a Declaração de Salamanca, nos seus artigos 28 e 29:

A aquisição de conhecimento não é somente uma questão de instrução formal e teórica. O conteúdo da educação deveria ser voltado a padrões superiores e às necessidades dos indivíduos com o objetivo de torná-los aptos a participar totalmente no desenvolvimento. O ensino deveria ser relacionado às experiências dos alunos e a preocupações práticas no sentido de melhor motivá-los. Para que o progresso da criança seja acompanhado, formas de avaliação deveriam ser revistas. Avaliação formativa deveria ser incorporada no processo educacional regular no sentido de manter alunos e professores informados do controle da aprendizagem adquirida, bem como no sentido de identificar dificuldades e auxiliar os alunos a superá-las.

Analisando essas adaptações no currículo escolar em prol da escola verdadeiramente inclusiva, subentende-se que até mesmo estudantes com diagnósticos médicos e/ou psicológicos iguais ou parecidos devem sofrer adaptações até no modo como as atividades escolares são elaboradas, porque as pessoas têm suas individualidades e, portanto, maneiras diferentes de agir, ser, pensar e aprender; o diagnóstico pode ser igual, o estudante não. Vale ressaltar que tais adaptações curriculares não devem ser aleatórias, apenas diferentes, e sim devem ser inseridas no contexto específico. É inadmissível que, por falta de conhecimento, formação específica ou qualquer outra causa, estudantes da educação especial com deficiência na aprendizagem sejam submetidos às chamadas “tarefinhas escolares”, aquelas cujo objetivo é apenas ocupar o seu tempo na escola. Isso não faz parte do ensinar.

4. ENSINO E PERSPECTIVA DE AUTONOMIA

O ensino igualitário a pessoas com necessidades especiais é essencial para a promoção do respeito à diversidade. Enxergar o outro como diferente não o faz menos merecedor de atenção e de oportunidades nos âmbitos escolar e social. Ser preconceituoso e desrespeitoso com uma pessoa por quaisquer motivos, se é que existem, não transforma ninguém numa criatura superior. É vital que compreendamos a importância de não tolerarmos comportamentos que agridam, mesmo que sutilmente, o nosso semelhante. Deixar de ensinar a alunos com necessidades especiais, mesmo sem intenção, é desamoroso e agressivo, no entanto, é comum isso acontecer quando professores não sabem como fazê-lo.

A escola contemporânea tem a incumbência de incentivar o indivíduo, mostrando-lhe que ele é capaz de realizar tarefas diversas no seu dia a dia com autonomia, sejam estas formais: profissionais e sociais; ou mesmo pessoais: particulares e na família. É uma satisfação para os educadores e demais profissionais da educação se permitem usufruir desse privilégio de participar da promoção de um ser que não lhe era dado sequer o direito de ingressar na escola, muito menos o de aprender estimulando sua autonomia e independência, conforme acontecia na escola tradicional, mas para isso precisam se qualificar.

Ver o quanto uma pessoa progride e vai adquirindo autoconfiança, respeitando as suas limitações, é muito animador. Isso sim faz da escola um ambiente acolhedor e motiva os alunos a cada vez mais frequentá-la. A sociedade civil, em particular, a família de pessoas com necessidades especiais, também tem um papel importantíssimo em incentivá-las a progredir como indivíduos e seres sociais. A Declaração de Salamanca⁵ no seu artigo 57 é bem objetiva quando diz:

A educação de crianças com necessidades educacionais especiais é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais. Uma atitude positiva da parte dos pais favorece a integração escolar e social. Pais necessitam de apoio para que possam assumir seus papéis de pais de uma criança com necessidades especiais. O papel das famílias e dos pais deveria ser aprimorado através da provisão de informação necessária em linguagem clara e simples; ou enfoque na urgência de informação e de treinamento em habilidades paternas constitui uma tarefa importante em culturas aonde a tradição de escolarização seja pouca.

Nesse contexto, também caberá à escola, projetos pedagógicos de incentivo, informações e esclarecimento às famílias sobre sua relevante participação na promoção da autoconfiança e do aumento da autoestima desses discentes em procurar aprender, compreender, interpretar e viver dignamente, pois muitas vezes, por falta de apoio social e escolar, os pais e/ou responsáveis por esses alunos com necessidades especiais também acabam sendo vítimas de atitudes preconceituosas e discriminatórias que os induzem a retirá-los do convívio escolar. Freire (1979) diz que não há como um indivíduo ser ativo na história e na sociedade, bem como contribuir para modificar sua realidade se ele não for ajudado a se conscientizar do que está a sua volta e de que mudar para melhorar tudo isso depende das ações que ele estiver disposto a realizar, visto que não se luta sem que haja entendimento, tampouco por aquilo que não perceber a importância.

Freire repassa-nos o sentimento de um homem analfabeto: “Quero aprender a ler e a escrever – disse um analfabeto do Recife – para deixar de ser a sombra dos outros.” (1979, p.23). Muitos estudantes não são alfabetizados e/ou não são letrados por falta de oportunidades oriundas da própria família por razões diversas, trazendo-lhes, grandes prejuízos emocionais, intelectuais e sociais. Ao compreender o quanto a socialização e o aprendizado escolar trazem benefícios e o quanto o apoio familiar é essencial para incentivá-los à própria construção do saber, é bem possível que tenhamos uma forte aliada.

⁵Documento que foi elaborado em Salamanca, na Espanha, no ano de 1994, na Conferência Mundial sobre Educação Especial, com a finalidade de viabilizar diretrizes básicas para a elaboração e emenda de políticas e sistemas de educação em conformidade com o movimento de inclusão social.

Chamamos à discussão a psicopedagoga clínica Ayslan Ely Gomes⁶ que falou com clareza a esse respeito: Muitos pais não são alfabetizados e acham que seus filhos não aprendem porque são “doentes”; outros apontam as dificuldades da escola em não saber como trabalhar com as fragilidades distintas pelo fato de os professores não estarem habilitados. E acrescentou: As atividades adaptadas ao currículo devem ser propostas por meio de jogos, desenhos, gravuras e materiais concretos para que através do lúdico e, de acordo com o nível de cada aluno, eles sejam atraídos à aprendizagem.

5. PÚBLICO-ALVO MISTO X ESCOLAS DESPREPARADAS

De acordo com o MEC, a educação inclusiva engloba todos os níveis de escolaridade, que vai desde a Educação infantil até o Ensino Superior. Então não há como falar de ensino inclusivo sem a preocupação de reunir os mais variados níveis cognitivos, o poder aquisitivo, os diversos tipos de família, de faixas etárias, dentre outros. Então, a escola mais do que nunca tem recebido um aumento significativo de estudantes com as mais variadas necessidades especiais: transtorno do espectro autista (autismo), transtorno do déficit de atenção com hiperatividade – TDAH, altas habilidades, deficiência física, deficiência intelectual e deficiência visual e auditiva. Se houver uma equipe de profissionais distintos com suas habilidades, práticas e conhecimentos diversos interligados ao ensino, para lhes tornar possível a autonomia, todo o esforço será recompensado com uma sociedade mais humana, empática e promissora.

Esse público-alvo tão numeroso e misto torna o processo de ensino-aprendizagem na escola algo que exige total dedicação e amor pela causa. Exemplificando uma das possíveis situações: uma sala de aula com a maioria dos alunos sem necessidades especiais aparentes, autistas, pelo menos um; deficientes físico e intelectual e o professor. Este como consciente de que é dele a responsabilidade de fazer com que a aula aconteça de modo que atenda às expectativas e às necessidades de todos como rege a lei. Que desafio! Desanimar e fingir que o aprendizado acontece e que executa o método pedagógico interdisciplinar nas suas aulas cotidianas, diante de uma tão vasta clientela, sem que tenha vivenciado na prática tal modelo de ensino, não seria nenhum exagero, pois as cobranças por sua aplicabilidade são constantes.

⁶Graduada em Pedagogia pela Faculdade Anhanguera e Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FAFICA)

Diante desse fato, o professor deverá estar disposto a aprender a ser criativo, inovador, transformador e, portanto, pesquisador. Segundo Paulo Freire (1996), o ensino e a pesquisa são inseparáveis porque ao mesmo tempo em que se ensina, continua-se a busca. Quem busca o faz porque questiona e se questiona, quer respostas que o convençam, é desejoso de mudanças próprias e em outrem. A pesquisa também objetiva comprovar e, comprovando consegue-se ensinar e ser ensinado; ao pesquisar, o indivíduo tem o desejo de conhecer o que ainda não conhece e, assim, estar pronto para falar sobre as suas descobertas.

É direito constitucional que os cidadãos devam ser tratados igualmente em todos os aspectos que os façam se sentirem dignos. A escola contemporânea tem a função de ajudar o indivíduo a ser um cidadão competente e crítico, ciente de seus direitos, indagador e argumentativo para que ele tenha uma participação social ativa e produtiva, que será possível por meio da alfabetização e do letramento. Mas, para tanto, deve ofertar condições que favoreçam o progresso individual dos que a frequentam, pois quem lá está ou a ela busca tem um objetivo ou, caso ainda não compreenda o seu papel social: crianças com ou sem necessidades especiais, os pais e/ou responsáveis o têm.

A escola já deu o pontapé inicial ao matricular regularmente esses estudantes, ainda que essa atitude apenas os garanta um espaço físico e/ou socialização. Infelizmente a realidade mostra que a escola ainda não está preparada para incluir os alunos com deficiência na aprendizagem que têm necessidades especiais. Fatores como a falta de espaço físico adequado, infraestrutura, material didático/pedagógico adaptado, profissionais qualificados, como psicólogos, psicopedagogos, neurologistas, profissionais da educação habilitados e assim por diante, tornam essa afirmação verdadeira e convincente.

Como a interdisciplinaridade nos traz a ideia de conexão de vários saberes para atingir um alvo, o de aprender, é sensato usá-la como meio de letramento. Mesmo assim, não podemos fechar os olhos à realidade: falta-nos preparação para apoiarmo-nos na interdisciplinaridade no intuito de alcançar essa meta. Fazenda (2003) trata a interdisciplinaridade como uma categoria de ação; sendo assim, se a escola ainda não é favorável, que procuremos fazer o melhor de acordo com nossas possibilidades, usando as ferramentas que temos, reformulando-as, adaptando-as; todavia não nos acomodando com o falso pensamento de que está tudo bem ou que um dia tudo vai mudar. Sem ação conjunta, a mesmice continuará e a sociedade como um todo sofrerá as consequências.

Diante de todo o exposto neste trabalho, por meio de pesquisas e argumentos convincentes, reafirmamos que o ensino não está atingindo os alunos com necessidades

especiais com deficiência na aprendizagem. Também que não é apenas culpa da escola, ou da comunidade escolar, tampouco dos estudantes, mas que, todos juntos poderemos mudar essa realidade deplorável, cobrando do poder público atitudes, projetos e a execução deles, fiscalizando-os. Simplesmente saber que o problema existe e discutir sobre ele, não trarão mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atribuições do professor na sala de aula nunca foram nem serão fáceis, uma vez que lida com pessoas, sentimentos, emoções, desejos e diferentes culturas familiares. No entanto, o bom professor demonstra empatia ao seu variado e complexo público; e tal empatia leva-o à inquietação diante do papel que a escola contemporânea, e, particularmente ele, tem perante a sociedade.

Como professores, temos consciência de que é necessário inovar. A interdisciplinaridade precisa acontecer durante as aulas como aporte à prática pedagógica na tentativa de promover o efetivo processo de ensino-aprendizagem, sempre em constantes pesquisas, e, por sua vez, trocando conhecimento e experiências práticas, iniciando a caminhada ao êxito da nossa profissão. Obviamente, com os pés no chão, sem utopia, o ensino aos estudantes com necessidades especiais e com deficiência na aprendizagem não deve ser negligenciado. Temos de continuar tentando, ainda que errando, mas buscando sempre a melhoria deles enquanto cidadãos que merecem ser respeitados e aceitos na sociedade.

1541

Reforçamos a importância de que é imprescindível que a mudança e a vontade de (re)aprender, pesquisar, melhorar, reivindicar, cobrar e fiscalizar iniciem-se pela escola e estendam-se à sociedade civil, sobretudo aos familiares de pessoas com necessidades especiais que têm deficiência na aprendizagem para que, em consonância com suas limitações, não lhes seja negado o direito a uma educação qualitativa e igualitária. Não há nada mais frustrante para um educador do que não conseguir mediar o conhecimento dos seus estudantes.

Esta pesquisa comprovou que o ensino de alunos com necessidades especiais com deficiência na aprendizagem ainda não é um fato na prática, porque muitos ainda não são alfabetizados, por isso esperamos provocar a inquietação a ações concretas dos profissionais da educação, da sociedade como um todo e das autoridades competentes, referentes aos

direitos que esses cidadãos têm de serem direcionados ao ensino coerente e adaptado que os garanta seu espaço como ser social, agente transformador da sua realidade.

REFERÊNCIAS

BORUCHOVITCH, Evely e BZUNECK Jose Aloyseo, **A Motivação do Aluno**. Vozes, Petrópolis, 2009.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

Centro de Documentação e Informação Edições Câmara Brasília | 2015

FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 11^a. ed. Campinas: Papirus, 2003.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. – São Paulo: Paz e Terra, 1996, 25^a edição. – (Coleção Leitura)

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl; DATAS, Heloysa (Org.). Piaget, Vygotsky, **Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. 13 ed. São Paulo: Summus, 1992.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar- fundamentos teórico- metodológicos**, Petrópolis, Vozes, p. 60, 1994.

PIAGET, J. **Problèmes Généraux de la Recherche Interdisciplinaire et Mécanismes Communs**. In: PIAGET, J., *Épistémologie des Sciences de l'Homme*. Paris: Gallimard, 1981.

UNESCO. (1994). **Declaração de Salamanca**. Salamanca: Espanha.